

POTENCIALIDADES E LIMITES DE MOVIMENTOS SOCIAIS COM FOCO EM ATIVISMO ALIMENTAR: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO SLOW FOOD BRASIL

POTENCIALITIES AND LIMITS OF SOCIAL MOVEMENTS WITH FOCUS ON FOOD ACTIVISM: REFLECTIONS FROM THE SLOW FOOD BRAZIL CASE STUDY

POTENCIALIDADES Y LÍMITES DE LOS MOVIMENTOS SOCIALES COM ENFOQUE EN EL ACTIVISMO ALIMENTARIO: REFLEXIONES DEL ESTUDIO DE CASO SLOW FOOD BRASIL

Giuliana Franco Leal¹
Luane do Nascimento Riedmann²
João Pedro Galdino Truta³

Resumo

O movimento social *Slow Food* Brasil é abordado neste artigo como parte de uma discussão sobre o ativismo alimentar. O objetivo é identificar e discutir potenciais de transformação e limites de atuação na busca por uma alimentação mais justa, saudável e sustentável. São usadas entrevistas com membros do movimento e pesquisa documental. Entre os principais resultados, percebe-se que há limites na atuação do movimento principalmente quanto ao financiamento de suas atividades e ao volume de pessoas fortemente engajadas no ativismo; há potencialidades transformadoras na coerência entre objetivos e ações, na amplitude de suas alianças com outros movimentos e instituições, no estabelecimento de conexões fortes entre produtores e consumidores, bem como no alcance nacional, com intercâmbios internacionais e atenção às particularidades locais. A partir das discussões, considera-se que os movimentos de ativismo alimentar têm potencial de ampliação de sua luta, pela variedade e profundidade dos aspectos contemplados pelo tema da alimentação.

Palavras-chave: Movimentos sociais; ativismo alimentar; *Slow Food* Brasil.

Abstract

The *Slow Food* Brazil is covered in this paper as part of a discussion on food activism. The objective is to identify and discuss potential for transformation and limits of action in the fight for a fairer, healthier and more sustainable food. Interviews with members of the movement and documentary research are used. Main results: there are limits in the movement's performance, especially regarding the financing of its activities and the volume of strongly engaged in activism; there are transforming potentials in the coherence between objectives and actions, in the breadth of its alliances with other movements and institutions, in the establishment of strong connections between producers and consumers, as well as in its national reach, with international exchanges and attention to local particularities. Food activism movements have the potential to expand their struggle, due to the variety and depth of the aspects covered by the theme.

Keywords: Social movements; food activism; *Slow Food* Brazil.

Resumen

El movimiento *Slow Food* Brasil se trata em este artículo como parte de una discusión sobre el activismo alimentario. El objetivo es identificar y discutir el potencial de transformación y los límites de acción em la búsqueda de una alimentación más justa, saludable y sostenible. Se utilizan entrevistas com membros del movimiento y investigación documental. Principales resultados: existen límites al movimiento, em el financiamiento

¹ É professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Macaé, atuando na graduação e na pós-graduação stricto sensu e lato sensu. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1999), é mestre e doutora em Sociologia pela mesma universidade. E-mail: giulianafancoleal@yahoo.com.br

² Graduanda em Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em Macaé. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8650-5741> E-mail: luriedmann@hotmail.com

³ Graduando em Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em Macaé. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9339-6555> E-mail: joapedrotrutaufjr@gmail.com

de sus actividades y el número de personas fuertemente comprometidas; existen potenciales transformadores e coherencia entre objetivos y acciones en la amplitud de sus alianzas com otros movimientos e instituciones, em el estabelecimento de fuertes vínculos entre produtores y consumidores, así como em su alcance nacional, com intercâmbios internacionais y atención a las particularidades locais. Los movimientos de activismo por la alimentación tienen potencial para expandir su lucha, debido a la variedad y profundidad de los aspectos que el tema de la alimentación abarca.

Palabras clave: movimientos sociales; activismo alimentario; *Slow Food* Brasil.

INTRODUÇÃO

A preocupação com os aspectos sociais e ambientais, no que tange à alimentação, tem estado em evidência no século XXI, colocada em pauta por estudos e por movimentos sociais diversos. Tais movimentos são por vezes formados por trabalhadores que produzem os alimentos. Em outros casos, são formados por consumidores. Há o caso também de participação de produtores e consumidores, como no movimento *Slow Food*, que começa reunindo consumidores e passa a agregar também agricultores e outros produtores ao longo de sua trajetória.

No contexto global e nacional, vem se evidenciando progressivamente o ativismo alimentar que, de acordo com Azevedo (2017), é uma forma de ativismo político. Ese privilegia militâncias e atuações contínuas e criativas, com estratégias coletivas para transformação da realidade. O ativismo alimentar é

[...] um guarda-chuva interdisciplinar que abriga diferentes movimentos e discussões de amplo alcance nas sociedades, nos quais a comida aparece como elemento transversal, como a Agroecologia e a Agricultura Familiar; o movimento de Segurança Alimentar e Nutricional; a Agricultura Orgânica e outros sistemas agroalimentares sustentáveis (Permacultura, Agriculturas Biodinâmica, Natural, Ecológica); o Comércio Justo (Fair Trade); o *Slow Food*; o Locavorismo; o Vegetarianismo; o Veganismo; o Freeganismo, entre os mais conhecidos (AZEVEDO, 2017, p.295).

O *Slow Food* é um exemplo de ativismo alimentar. Trata-se de um movimento social que surge na Itália nos anos 1980, com o slogan “alimentação livre, boa e justa”, e se espalha para mais de 160 países, iniciando atividades no Brasil nos anos 2000. Promove manifestações em forma de protestos, encontros, convívios, organização de produtores rurais e do contato entre estes e os consumidores. O movimento une pautas ambientais, agrárias e culturais e tem seu foco em alimentação sustentável.

Neste artigo, no contexto de uma reflexão sobre os alcances do ativismo alimentar, fazemos uma análise do movimento social *Slow Food* Brasil, em sua relação com a luta por

uma alimentação que contemple justiça social e respeito à saúde e ao ambiente. Constatamos que o movimento participa dessa luta e levantamos, a respeito dele, a seguinte questão de pesquisa: quais as potencialidades e limites dessa luta? Entendemos que essa resposta nos ajuda a pensar não só este movimento, mas a extrapolar, posteriormente, para reflexões sobre outros movimentos com características semelhantes. O *Slow Food Brasil* foi escolhido por ser um movimento de ativismo alimentar, preocupado com uma alimentação focada em justiça social, saúde e conservação ambiental, que reúne características que dão amplitude e visibilidade ao movimento: atua em âmbito nacional, mantém relações internacionais, tem penetração em diversas instâncias da sociedade civil e instituições públicas e mais de 15 anos de existência.

Com um estudo de caso, contemplamos o objetivo de identificar potenciais de transformação e limites de atuação no *Slow Food Brasil* na busca por uma relação mais justa entre produtores e consumidores de alimentos e pela produção/consumo de alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis.

Neste artigo trazemos uma discussão teórica sobre a importância do ativismo alimentar em termos ambientais, sanitários e sociais. Em seguida, mostramos o *Slow Food Brasil* como um movimento de ativismo alimentar com abrangência nacional e conexões internacionais: seu histórico, seus objetivos, as ações que os perseguem e as características e atuações que indicam pontos fortes e dificuldades em sua militância pela produção e consumo de alimentos que contemple cuidados com o ambiente e a saúde e a justiça social. Por fim, destacamos e discutimos os aspectos que lhe conferem força, bem como suas limitações, em um esforço de responder a questões sobre limites e potencialidades desse movimento de ativismo alimentar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa contempla uma discussão teórica, com uma bibliografia escolhida pela sua relevância no tema abordado, e um estudo de caso. É parte de uma pesquisa maior que composta por estudos de casos múltiplos. Entretanto, neste artigo, debruçaremos sobre apenas um deles: o caso do *Slow Food Brasil*.

Trabalhamos com pesquisa bibliográfica e empírica, com análise de documentos públicos produzidos pelo próprio movimento e notícias da imprensa produzidas sobre o movimento, entre 2010 e 2020. Realizamos, ainda, entrevistas com membros do movimento, que têm nele um histórico de militância e que, no momento da pesquisa empírica, ocupavam

posições de destaque na condução e conhecimento sobre o movimento: as três pessoas que compõem a diretoria, um membro do conselho gestor e uma participante da equipe do *Slow Food* Internacional que faz a relação com o Brasil (entre outros países da América Latina). Iniciamos a pesquisa por um contato formal com o movimento, pelo e-mail fornecido em seu site, solicitando entrevista com uma pessoa que o representasse. A partir daí, chegamos aos demais entrevistados pela técnica “bola-de-neve”. Todos os procedimentos seguiram as normas éticas de pesquisa em vigência no país, tendo sido o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos ao qual foi submetido.

As entrevistas foram realizadas entre junho e agosto de 2021. Por medida de segurança em relação à pandemia de Covid-19, elas aconteceram remotamente, por meio da plataforma *Google Meet*, as quais foram gravadas. As entrevistas seguiram um roteiro semi-estuturado, em torno dos seguintes temas: trajetória do(a) entrevistado(a) no movimento; avaliação sobre o cumprimento de objetivos, conquistas, pontos fortes e dificuldades do *Slow Food* Brasil; principais parcerias e colaborações do movimento.

Usando técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 2017), as entrevistas foram devidamente transcritas, e cada fonte documental passou por inferências sobre os seguintes aspectos: se as propostas do movimento dizem respeito prioritariamente a sintomas ou a causas dos problemas aos quais se referem; alcance espacial das ações; alcance temporal das ações; relação entre objetivos e ações; representatividade do movimento quanto ao perfil dos seus membros; amplitude das relações com outros movimentos sociais, organizações e instituições; dificuldades enfrentadas. Em seguida, cruzamos os dados das diferentes fontes. Assim, levantamos as ações e discursos em prol de uma alimentação limpa, boa e justa para todos, no sentido compreendido pelo próprio movimento. Como último momento de análise dos dados, elaboramos uma síntese sobre as potencialidades e limites do movimento.

CRISES NO SISTEMA ALIMENTAR E ORIGENS DA TRANSFORMAÇÃO

A produção e o consumo de alimentos são elementos centrais na configuração das sociedades, pois dizem respeito, de maneira inseparável, a distribuição de riquezas, saúde e questões ambientais. McMichael (2016), ao escrever sobre a evolução dos regimes alimentares⁴, mostra o papel fundamental da agricultura comercial na constituição e evolução

⁴ Regime alimentar é um conceito cunhado por McMichael (2016), que associa relações internacionais de produção e consumo de alimentos a formas de acumulação do capitalismo.

da economia moderna, desde a constituição dos complexos urbanos-industriais e do Estado moderno até a atual maneira financeirizada e globalizada de produzir mercadorias.

No regime alimentar que se inaugurou na década de 1980 – chamado por McMichael (2016) de regime corporativo – o capital financeiro corporativo exerce o domínio no interior de um projeto neoliberal que transforma pequenos agricultores em força de trabalho global e informal a serviço do capital. Uma agricultura mundial se estabelece com base em uma divisão internacional do trabalho agrícola, pela qual grãos são produzidos por países do Atlântico Norte (com algumas exceções de países do outro hemisfério), e os países do Sul abastecem o mercado global com frutas, vegetais e frutos do mar. As condições de produção oferecidas a produtores do Norte e do Sul globais são diferenciadas: apenas para os primeiros, na condição de cooperados, há grandes aportes de subsídios e proteções a importações. Os consumidores, por sua vez, dividem-se no acesso a mercadorias diferentes – itens de qualidade ou padronizados – conforme a classe social.

O modelo de produção e distribuição de mercadorias centralizado, formado por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos em escala mundial, é chamado por Ploeg (2018) de “Império”, que é o “modo de ordenamento [que] reorganiza progressivamente grandes domínios do mundo social e do mundo natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva” (p.6). O Império emerge na atual fase da globalização, marcada pelo aumento acelerado e intenso da quantidade e da mobilidade do fluxo de capital pelo globo terrestre. Nesse cenário, normas controladas de modo centralizado atingem processos de trabalho em áreas diversas, públicas e privadas, tais como educação, saúde, conservação da natureza e agricultura.

Um dos segmentos do Império é formado pelos impérios alimentares. Estes contemplam expressões específicas, como grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, tecnologias etc. Sem recursos próprios nem relações estáveis de dependência entre as pessoas, o que esses impérios apresentam em comum é o controle sobre as ligações estratégicas, que tendem a impedir alternativas de produção e circulação de alimentos de se expandir até deixar de existir.

De acordo com Ploeg (2018), são consequências sociais do domínio dos impérios alimentares a destruição de outras formas alternativas de organização da vida (em especial, aquelas do campesinato), que não resistem à concorrência desigual e às normas impostas, e o desperdício exacerbado e uso insuficiente de recursos, porque seu funcionamento promove controle monopolista e conseqüente eliminação da produção em outros lugares.

McMichael (2016) concorda que sob regimes corporativos a agricultura produz espoliação dos pequenos agricultores, comprovando a afirmação com dados da FAO. A espoliação é provocada pelo estabelecimento de um “preço mundial” artificial rebaixado, pela diferença de preços da produção monopolizada, pelos subsídios distribuídos desigualmente entre as nações do Norte e do Sul global, pelas desregulações da agricultura dessas últimas e pela incapacidade dos agricultores em baixa escala de atender aos requisitos de certificação. O processo de espoliação acentua a miséria.

McMichael (2016) mostra que passamos por uma crise alimentar mundial que carrega dois aspectos que caminham juntos e entrelaçados: a crise socioeconômica e a crise ecológica. A crise alimentar, referente à inflação dos preços dos alimentos, forma-se no contexto da monocultura, da dependência crescente do combustível fóssil, de situações conjunturais de alta do petróleo, declínios conjunturais da produção alimentícia e fixação pelas corporações do agronegócio de preços de monopólio para as suas mercadorias. Tal crise não pode ser dissociada da crise de acumulação do capital, estando ligada à subprodução e à financeirização, ao mesmo tempo em que se deve à separação da produção capitalista das suas bases naturais. Na medida em que se elimina o conhecimento ecológico na produção capitalista dos alimentos, perturbam-se os ciclos naturais de nutrientes de regeneração da qualidade do solo da água e, conseqüentemente, solapam-se as suas próprias condições de produção. Relações ecológicas são alteradas, “substituindo processos extrativos locais por processos extrativos mundiais, assim obstruindo futuros locais em prol de um futuro capitalista impulsionado por um mercado variável e instável, em vez de necessidades socioecológicas duradouras” (MCMICHAEL, 2016, p.23).

Nesse mesmo sentido, Ploeg (2018) argumenta que a desconexão da produção e circulação de alimentos com os ecossistemas regionais leva à desconsideração de conhecimentos locais que produziam equilíbrio ecológico e à incitação do uso de agrotóxicos. Além disso, a desconexão entre tempo e espaço dos impérios alimentares faz com que a procedência e a identidade dos alimentos percam importância, abrindo espaço para a produção e o consumo de alimentos menos saudáveis, aos quais inclusive se adicionam aditivos artificiais nocivos ou de ação desconhecida sobre a saúde humana para compensar a perda da qualidade em função da normalização alheia às condições locais e do declínio daquele equilíbrio.

A alternativa a esse modo de ordenar a produção de alimentos, na visão partilhada por nós e pelos dois autores citados, está na produção de alimentos baseada nas necessidades

sociais e condições ecológicas locais e na sua circulação prioritária por meio de circuitos curtos e descentralizados⁵. Daí a afirmação de Ploeg (2018) do papel central dos camponeses⁶ na promoção da qualidade dos alimentos e do uso sustentável dos recursos naturais. São eles que tem maior potencial de fortalecer o capital ecológico, social e cultural, pela alternativa da agricultura orgânica/agroecológica, pela autorregulação local e regional e pela valorização da produção local de alimentos não industrialmente artificializados.

Existe assim uma tensão, para a qual McMichael (2016) chama atenção, entre uma “agricultura mundial” que produz alimentos padronizados com relações transacionais entre regiões produtoras e consumidoras, ambientalmente não sustentáveis, e sistemas alimentares agroecológicos, biorregionais ou locais, que estabelecem distâncias curtas entre produtores e consumidores e produzem “alimentos de procedência conhecida” (p.35). Esses sistemas locais, agroecológicos, constituem a meta dos movimentos de soberania alimentar, por estarem mais aptos ao controle democrático, a uma “culinária apropriada” e a uma “prática ecológica” que é “questão de sobrevivência ecológica em uma era pós-industrial-agrícola” (p.36).

McMichael mostra assim que a questão agrária atual está associada à luta pela soberania alimentar. A questão central é: quem deve cultivar a terra e com qual finalidade socioecológica. Na visão de McMichael, os principais movimentos por soberania alimentar têm como protagonistas os camponeses. Estão no centro dessa luta o direito do agricultor à terra e a sobrevivência da humanidade pelo acesso a alimentos adequados e pela necessidade de métodos agrícolas sustentáveis.

Os argumentos acima corroboram a tese de que deter a degradação ambiental e reverter as desigualdades sociais são metas que passam pela transformação das maneiras hegemônicas de produção e consumo de alimentos. Tudo o que foi escrito até no presente texto mostra que tal transformação não é de interesse de classes dominantes e necessita de mobilização social ampla e forte. Mesmo que os agricultores estejam no centro dessa mobilização, o apoio de outros grupos sociais é parte do seu fortalecimento e, portanto, seu engajamento na luta é importante. Por isso, defendemos que o ativismo alimentar é fundamental. Como um exemplo de movimento social que pratica o ativismo alimentar, temos o

⁵ Circuitos curtos de comércio são aqueles que colocam em contato direto o produtor e o consumidor ou colocam entre eles no máximo um intermediário.

⁶ Para Ploeg (2018), a agricultura camponesa tem como características o “uso sustentado do capital ecológico”, a busca de melhorar as condições de vida dos próprios produtores, a multifuncionalidade, o uso da força de trabalho familiar ou mobilizado na comunidade em relações de reciprocidade, a posse familiar da terra e meios de produção e a produção voltada para o mercado e para a reprodução da família e da unidade agrícola e da família.

Slow Food, que apresentaremos melhor no próximo item e cujas potencialidades e limites passaremos a investigar.

SLOW FOOD BRASIL E A PAUTA DA ALIMENTAÇÃO JUSTA, LIMPA E BOA

O *Slow Food*, apresenta-se hoje como “um movimento de base, organizado em rede, de atuação local e articulação global presente em mais de 160 países e contando com mais de 1600 núcleos de ação local” (SLOW FOOD, s/d-a). Como narrado no citado *site* do movimento, sua história começou em 1986, quando um grupo de manifestantes, liderados por Carlo Petrini, fez um protesto contra a inauguração da loja de uma cadeia de *fast food* em Roma, na Itália. Tratava-se de um protesto contra o modelo padronizante de alimentação representado por aquela loja do McDonalds. No ano seguinte, foi lançado em um jornal italiano o Manifesto *Slow Food*, criticando esse modelo de produção e consumo de alimentos voltado ao lucro, rapidez e eficiência em moldes capitalistas, que ameaça globalmente a sociedade e a natureza (SLOW FOOD, s/d-a). A Associação Internacional *Slow Food* foi fundada em 1989, com membros de 15 países. No início, o movimento foi formado prioritariamente por consumidores da classe média urbana que, em termos mais amplos e abstratos, promoveram discursos em prol da produção agroecológica contra o modo capitalista contemporâneo de produzir alimentos e, em ações mais concretas, promoveram uma parceria com camponeses para a formação de circuitos curtos e descentralizados de consumo.

O movimento entrou no Brasil dos anos 2000 e teve sua ampliação e fortalecimento a partir de um convênio com o governo federal, então sob mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte do projeto de combate à fome no país (RIBEIRO, 2019). Aos poucos, o *Slow Food* foi ampliando suas alianças com agricultores familiares e outros pequenos produtores de alimentos, como veremos nos resultados, e passou a abrigar em seu interior tanto consumidores como produtores de alimentos, tais como agricultores familiares, trabalhadoras extrativistas, pequenos produtores de queijo, dentre outros.

O movimento surge, assim como parte dos novos movimentos sociais. Classicamente os movimentos sociais são definidos em sua ação coletiva por terem uma identidade, um sujeito (coletivo) opositor e um projeto de sociedade e de vida (GOHN, 2011). Em contraste com os tradicionais movimentos sociais, mais voltados para o Estado e as relações de trabalho, Touraine (1989) caracteriza os *novos* movimentos sociais, surgidos a partir da década de 1970,

por sua tendência a atuar sobre mudanças nas orientações culturais, especialmente de valores, na sociedade civil.

Entendemos o *Slow Food* como um tipo específico de novo movimento social: trata-se de um movimento social econômico. Segundo Portilho (2009, p.200), movimentos sociais econômicos são “aqueles em que os atores constroem uma nova cultura de ação política visando a reapropriação da economia a partir de valores próprios”. Críticos às relações de produção e de trabalho capitalistas, esses movimentos abordam questões econômicas e de distribuição, principalmente a partir de propostas de viés cultural e do reconhecimento, colocando em pauta redes alternativas de comercialização, diferentes formas de rotulagem de mercadorias e novas regras de comercialização. São exemplos os movimentos de economia solidária e em prol do comércio justo.

O *Slow Food* aborda os temas acima a partir do eixo do alimento. Esse foco é um ponto forte do movimento, na análise de Gabriella Pieroni⁷, pela sua atratividade e por ser central para transformações sociais e ambientais profundas:

O principal ponto forte é a temática do alimento. Ela é muito estratégica hoje em dia. [...] A temática do alimento movimenta várias camadas da nossa sociedade: econômica, cultural, social, política. [...] Esse tema, ele faz parte da vida das pessoas, de qualquer pessoa de qualquer lugar do mundo, então ele tem uma aderência muito grande das pessoas se identificarem com o movimento, seja pelo gosto ao alimento, pela questão estética ou pela questão política ou pela questão econômica para valorizar seus produtos.[...] Então esse tema hoje, além de estar bastante em alta para atrair a atenção das pessoas, ele também é um tema urgente. A transformação dos sistemas alimentares está na origem da mitigação das mudanças do clima, das zoonoses, que a gente chama, que é a fome, que é a obesidade, que é a mudança do clima, a zoonose mundial, os problemas ambientais e socioambientais da humanidade, o combate aos agrotóxicos, estão todos muito ligados a uma transformação radical nesses sistemas alimentares. Então tem esses dois aspectos: ao mesmo tempo que é um tema que chama a atenção de um número grande de pessoas, é bastante atrativo, ele também é muito urgente o tema do alimento (informação verbal).

O lema que expressa a atual filosofia do movimento *Slow Food* é “alimento bom, limpo e justo para todos”, assim explicando cada termo:

BOM: Alimento de boa qualidade, fresco, agradável, saboroso e saudável. É fruto da biodiversidade local, da cultura alimentar e do trabalho de agricultores, artesãos e cozinheiros. Não é bom se for ultraprocessado.

LIMPO: Proveniente de uma produção que contribui para a resiliência (melhor resistência às adversidades e maior capacidade de regeneração) do sistema alimentar e por isso não utiliza métodos que ameacem os ecossistemas e a fertilidade dos solos e não exige da natureza mais do que ela pode oferecer. O alimento não promove a erosão cultural e genética, é livre de agrotóxicos, de engenharia genética e de patentes. É livre de antibióticos e hormônios. É da estação, local e regenerativo, sendo produzido em

⁷ PIERONI, Gabriella. Entrevista concedida *on line*, 08 set.2021.

respeito a terra e território, por meio de práticas sustentáveis de agricultura, de manejo animal, de processamento, mercado, consumo e descarte.

JUSTO: Agricultores e produtores artesanais merecem ter condições dignas e seu trabalho deve ser reconhecido por meio de justa remuneração. Ao mesmo tempo, o alimento justo é acessível para o coprodutor, que o adquire da forma mais direta possível. Faz parte da cultura, das tradições, dos saberes populares e da experiência de diversos grupos. Não provém de produção industrial massiva, padronizada, nem da monocultura extensiva pobre em biodiversidade. Para que o alimento justo exista, é essencial a distribuição justa de terras, garantindo o direito de todos de trabalhar pelo seu próprio sustento e promover a soberania alimentar – direito de decidir o que cultivar, produzir, o que guardar e o que comer.

PARA TODOS pois alimentação de qualidade é antes de tudo um direito humano da qual ninguém deveria ser privado, que não pode ser exclusivo de uma elite econômica e sim amplamente democratizado. (SLOW FOOD, s/d-b)

Dessa “filosofia”, deriva a missão que o movimento se atribui, em três linhas: (1) defesa da biodiversidade; (2) promoção da “educação do gosto”, pelo despertar e treino dos sentidos para apreciar alimentos; (3) estabelecimento de laços entre consumidores e produtores de alimentos produzidos e comercializados segundo os princípios do *Slow Food*. (SLOW FOOD, s/d-b)

POTENCIAIS E LIMITES DO *SLOW FOOD* BRASIL

A discussão será feita inicialmente a partir dos principais tópicos levantados quanto à atuação do *Slow Food* e assim resumidos: relações entre objetivos e ações; composição e representação; relações com outros movimentos sociais, organizações e instituições; alcance temporal e espacial; principais dificuldades e possibilidades de superação.

Relação entre objetivos e ações: as ações são coerentes com os objetivos.

Os objetivos apresentados pelo *Slow Food* estão relacionados àquilo que o movimento descreve como sua filosofia: alimento “bom, limpo e justo para todos”. Como visto no item acima, as linhas de ação do movimento os miram. É claro que “alimentação limpa, justa e boa” é uma bandeira ampla e o movimento se vê na necessidade de fazer um recorte de seus objetivos específicos e ações, como já descrito.

Desde o início de sua existência, na Itália, o *Slow Food* faz críticas à aceleração e padronização da indústria do alimento. O manifesto, escrito em 1989, que o funda como um movimento internacional, é claro em apresentar o principal problema que se quer combater: o estilo de vida *fast life*, que pela velocidade e em especial pela introdução do *fast food*, destrói prazeres e culturas e ameaça o meio ambiente. Um dos entrevistados na pesquisa, Glenn

Makuta, membro do núcleo gestor da Associação *Slow Food* Brasil⁸, identifica o surgimento de outros movimentos de tipo *Slow* como um desdobramento da visibilidade que ganhou a luta do *Slow Food*, o primeiro movimento dessa espécie. Hoje existem diversos movimentos *Slow*, pela desaceleração e despadronização de várias esferas da vida humana, a exemplo do *Slow Money*, *Slow Living* e *Slow Fashion*, entre outros.

O centro da ação do movimento está em promover outro tipo de relação com o alimento, da esfera da produção ao consumo, passando pela comercialização – o que vai direto às causas identificadas para a questão alimentar. Além disso, o movimento combate outras características e consequências típicas do sistema alimentar de padronização industrial, ao combater o uso de agrotóxicos ou propor pensar em formas justas de comércio alimentar.

Contra a crise ambiental e econômica, defendemos que o *Slow Food* chega a ter posturas que podem ser associadas à criação de alternativas sistêmicas à atual versão do modo de produção capitalista, ainda que em nenhum momento o movimento se apresente como anticapitalista nem haja qualquer evidência de que seus membros se identifiquem com essa bandeira.

Uma alternativa sistêmica central ao modo de produção capitalista é a de decrescimento ou pós-crescimento. Ela foi bem sistematizada e divulgada por Latouche (2009) como “um projeto político, no sentido forte do termo” (p.41). Outras formas de compreender o decrescimento é como um movimento social com pluralidade e diversidade interna, ou como uma matriz de alternativas para a superação das ideologias e práticas baseadas no crescimento e no desenvolvimento – tal como Azam (2019) descreve. Decrescimento envolve reorganizar a economia e os estilos de vida, em alguns sentidos, entre os quais destacamos: redução da produção e do consumo, prioridade aos circuitos curtos de circulação de bens e serviços (o que implica localmente em valorização do comércio local, sempre que possível, e priorização de escala regional e continental para os mercados maiores), satisfação das necessidades dos povos e comunidades como metas da produção e do consumo.

Avançamos na hipótese de que o *Slow Food* se aproxima da defesa do decrescimento, mesmo que não faça uso desse termo ou que não defina um ideal de sociedade claro para além de seus temas relacionados ao alimento. Azam (2019, p.79) menciona os movimentos *slow* e os de circuito curto, entre outros, como movimentos sociais que “se inscrevem na matriz do decrescimento sem necessariamente reivindicá-lo”. Ao militar pelo fortalecimento dos que produzem e comercializam alimentos em escala não industrial, como vimos nas páginas acima,

⁸ A Associação *Slow Food* Brasil é a ONG responsável pela articulação dos diversos projetos e programas do movimento e a interlocutora institucional com o *Slow Food* Internacional.

o *Slow Food* se coloca a favor de modos de vida que não têm em seu centro a reprodução do capital.

Outro ponto importante é a defesa do ritmo desacelerado de produção e consumo, de modo que o movimento acaba por se colocar em posição contrária a um elemento central do capitalismo contemporâneo: a aceleração. Já em seu manifesto inaugural, em 1989, o Movimento *Slow Food* se apresentava como opositor à “*fast life*”, isto é, contra a escravização do ser humano pela velocidade da modernidade. Permanece importante, nesta última década, a crítica às políticas do tempo na sociedade contemporânea. Resistência à velocidade da modernidade continua sendo uma proposta central do *Slow Food* internacional.

Gallegos (2019) argumenta que a aceleração é instrumento eficaz de acumulação de capital. O ordenamento hegemônico das sociedades se dá sobre a acumulação de capital, na qual “*el tempo es dinero porque el dinero es tiempo al configurarse em función de la aceleración de la producción, de la circulación y del consumo de los bienes y servicios devenidos em capital para la acumulación*” (GALLEGOS, 2019, p.1). O tempo sempre foi central para o modo de produção capitalista; basta pensar que a acumulação de capital se faz à base da mais-valia, formada pelo tempo de trabalho não pago (MARX, 1988).

Mas a aceleração é especialmente central no regime de acumulação de capital que se inicia como resposta à crise de acumulação de capital nas décadas de 1960/1970, de acordo com Harvey (1993): modos flexíveis de acumulação do capital caminham junto com a condição de um novo ciclo de compressão do espaço-tempo: aceleração do tempo de giro na produção e consumo e do tempo de giro de capital; conseqüente acentuação da volatilidade e da efemeridade das modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias, ideologias, valores e práticas; aumento da descartabilidade e redução da durabilidade das mercadorias (com ênfase ao aumento de produtos instantâneos, principalmente entre os alimentos).

Dada a importância do ordenamento temporal para o ordenamento social, Gallegos chama a atenção para a necessidade de se repensar o ordenamento temporal: “*El conflicto por el ritmo de vida siempre há sido a lo largo de la historia uno de los centros de lucha por el poder. Disputar outro ritmo y ordem temporal es disputar el poder hegemónico*” (GALLEGOS, 2019, p.16). Tomando essa afirmação como um pressuposto coerente, consideramos que movimentos que defendem modos de viver o tempo que sejam distintos daqueles hegemônicos nas sociedades modernas levantam uma questão central na construção de estratégias de combate aos malefícios da produção capitalista contemporânea.

Pelos discursos e ações do Slow Food, consideramos que esse movimento (entre outros com semelhanças nos pontos assinalados) pode ser visto como aliado de um projeto de decrescimento, mesmo que o movimento em si não erga tal bandeira. Afinal, as consequências não planejadas das ações sociais são de extrema relevância na construção da realidade, como Weber (2001) mostrou em sua obra.

Composição e representação

Os membros do *Slow Food* vão de seus primeiros associados, consumidores, em geral de classe média, e cozinheiros, aos agricultores familiares, extrativistas e pescadores que foram sendo incorporados aos projetos do movimento e ganhando maior notoriedade em seus eventos na última década. Segundo o site do *Slow Food* Brasil: “Qualquer pessoa que se identifique com a filosofia *Slow Food* pode fazer parte da nossa rede, participando das ações e atividades. Coprodutores, cozinheiros e cozinheiras, jovens, artistas, jornalistas, agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, pesquisadores, acadêmicos, artistas e qualquer outra pessoa envolvida e interessada nas questões alimentares pode se somar nesse movimento” (SLOW FOOD, s/d-c). O tema da alimentação atrai pessoas diversas, quanto a categorias profissionais e mesmo classes sociais.

Embora o *Slow Food*, em sua história internacional, seja inicialmente visto por alguns de seus estudiosos como um movimento de classe média e mesmo elitista (como relatado por Leitch, 2013), com o passar do tempo o movimento se conecta a causas mais caras às classes baixas (combate à fome, por exemplo) e amplia a participação de trabalhadores, em especial agricultores familiares, mais fortemente a partir dos anos 2000 (PETRINI, 2015).

No Brasil, o *Slow Food* repete essa composição, como explica Glenn, participante do movimento desde 2009:

Tem dois perfis macro, seria o urbano e o rural. Dentro do aspecto urbano a gente, infelizmente, ainda tá numa classe média branca, predominantemente. Quando a gente vai para o aspecto rural, aí tem toda uma diversidade que vai [...] de povos indígenas, pescadores, artesanais, produtores de queijos, leite cru, de catadores de coco, tem de tudo, até agricultura familiar, das comunidades tradicionais, tem um pouco de tudo mesmo. A ideia é também no aspecto urbano a gente vai conseguindo trazer mais diversidade. A gente tem algumas pessoas muito emblemáticas, como a Regina Tchelly da Favela Orgânica, tem algumas outras pessoas, poucas ainda, que trazem contraste, com esse perfil mais predominante (informação verbal)⁹.

⁹ MAKUTA, Glenn. Entrevista concedida *on line*, 12 jul.2021.

Tal diversidade se reflete em divergências várias, inclusive de cunho político. Ainda nas palavras de Glenn:

[...] a gente reconhece também que a gente acaba atraindo públicos bastante diversos, desde os movimentos agroecológicos, da agricultura familiar, mas também tem esse outro aspecto na gastronomia que ainda é muito elitizado, que traz um público que nem sempre está a par de tudo que o *Slow Food* defende e acaba tendo um viés político bastante divergente até do que o movimento propõe (informação verbal).

Essas divergências serão problematizadas mais baixo, quando da discussão dos pontos de fragilidade do movimento.

Por outro lado, a ampliação dos perfis dos membros do movimento acaba por se refletir em maior diversidade de classe, raça e gênero, o que também traz questões em torno desses temas para a pauta do *Slow Food*. É emblemático que a presidenta da diretoria da Associação *Slow Food Brasil*, Maria Conceição Oliveira, seja uma mulher preta, filha de empregada doméstica, como ela mesma se descreve. Ela comenta na entrevista sobre a importância de uma representação no *Slow Food* que abranja a diversidade, ao responder sobre a presença de pessoas negras e/ou de classes baixas com protagonismo no movimento:

Tem, aos poucos tem começado a surgir, tem o Tonino, que é agricultor, que é negro e está na diretoria da associação, tem eu que sou uma mulher preta e fui eleita presidente da associação, mas eu acho que foi uma grande transformação do movimento, uma grande vitória, uma grande transformação. Fiquei sabendo que as mulheres quilombolas ligadas ao movimento comemoraram muito. E eu estou vendo agora mulheres pretas entrando no grupo e eu acho que vai vir uma grande transformação (informação verbal)¹⁰.

Dessa forma, a incorporação de cada vez mais pessoas que fujam ao perfil classe média/branca/consumidora tende a enriquecer o *Slow Food* com novas pautas de luta. Sobre isso, Conceição comenta:

Eu acho que o *Slow Food* tem que ter uma voz política contundente sobre a insegurança alimentar e eu me proponho a estar levantando essa bandeira também. Não adianta você defender o alimento bom e justo e não se colocar contra o machismo, não se colocar contra o feminicídio, não se colocar como uma forma de colocar a cozinha como um ambiente binário; acabei de escrever pra uma revista de gastronomia um artigo sobre uma mulher cozinheira trans e eu me orgulho de ter feito isso, muito, porque não adianta ser uma mulher preta e não se colocar do lado daqueles que são injustiçados, daqueles que são excluídos, eu estou do lado de todos aqueles que estão excluídos.[...]. Eu acho que a gente tem que se unir e combater todas essas injustiças, esses preconceitos (informação verbal).

¹⁰ OLIVEIRA, Maria da Conceição. Entrevista concedida *on line*, 13 jul.2021.

Segundo entrevista de Gabriella Pieroni, membra da diretoria do *Slow Food* Brasil, questões políticas têm vindo mais à tona desde o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, via golpe jurídico-político. Parte dos membros que trazem essa politização dos temas pertencem ao Levante *Slow Food* Brasil, comunidade da qual surgiu a atual diretoria (com mandato de 2021 a 2024). Também Valentina Bianco, que é integrante do *Slow Food* Internacional e participa da equipe responsável pelas relações com *Slow Food* Brasil, relaciona o aumento do investimento do movimento brasileiro na incidência política às demandas do contexto político do país: desde a crise política brasileira que cresceu a partir de 2015, Valentina percebe como cada vez mais necessária a crescente articulação com outras organizações, movimentos e coletivos. Este tema será mais discutido no item abaixo.

Relações com outros movimentos sociais, organizações e instituições

O tema da alimentação é um eixo chave para aglutinação de pessoas e coletividades em torno de uma série de pautas sanitárias, ambientais, sociais e culturais. São várias as alianças que o *Slow Food* tem estabelecido com outros sujeitos coletivos de tipos diversos, incluindo movimentos sociais, organizações não governamentais, cooperativas de agricultores, universidades, partidos políticos, instituições governamentais estaduais ou federais e organizações multilaterais. As alianças vão das estratégicas e pontuais, por pautas afins (como por exemplo na assinatura de uma carta de tomada de posição no segundo turno das eleições à presidência do Brasil em 2018, a favor da candidatura mais afim com os objetivos do movimento), até as mais orgânicas e estendidas no tempo, em projetos que constituem as principais ações do movimento, como o Catálogo Arca do Gosto, e os coletivos em que se soma a outros de forma permanente por uma pauta comum, como a Aliança pela Alimentação Saudável e Adequada.

Os entrevistados que compõem o núcleo gestor e a diretoria da Associação *Slow Food* Brasil¹¹ destacaram as seguintes participações em alianças e organizações coletivas como as mais expressivas: na comissão organizadora da Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em conjunto com a ONG Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), o Coletivo Indígena e outros; no núcleo gestor da Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável, da qual fazem

¹¹ Além dos já mencionados, também contribuiu com uma entrevista o membro da Diretoria da Associação *Slow Food* Brasil Antônio Augusto Mendes Santos, em 05 de agosto de 2021.

parte uma série de outros movimentos ambientais e de consumidores, grupos de pesquisa, conselhos profissionais de áreas como nutrição e serviço social, redes de agroecologia; Associação Nacional da Agroecologia; Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; em âmbito internacional, Cúpula dos Sistemas Alimentares, mais recentemente participando de mobilizações para uma cúpula popular paralela, sem envolvimento de corporações.

O próprio fortalecimento do *Slow Food* no Brasil está associado a uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário nos Governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Também há parceria com outros governos estaduais para projetos, além de cooperações internacionais, como com a Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura (FAO) e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Em projetos, há também outras parcerias, como universidades públicas (atualmente, a universidade Federal de Viçosa é relevante), organizações como o Instituto Ibirapitanga e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), cooperativas de pequenos produtores de alimentos e movimentos sociais (tais como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST).

Entendemos que as parcerias e alianças com várias comunidades camponesas e algumas indígenas, que aparecem nas ações do *Slow Food* Brasil, e que são destacadas como relevantes pelos vários entrevistados, aproximam o *Slow Food* da tendência do giro ecoterritorial, identificado por Svampa (2019) como “*uma tendência que percorre e informa lutas*” (SVAMPA, 2019, p.81), referindo-se a marcos de ação coletiva, com capacidade de mobilização, definição de novos temas no debate e produção de uma subjetividade comum na América Latina.

A maior novidade é a articulação entre diferentes atores, o que promove um diálogo de saberes e disciplinas, caracterizado pela valorização dos saberes locais e pela elaboração de um saber especializado independente dos discursos dominantes. O tema não é menor, pois, a partir dessa articulação, os diferentes movimentos e organizações elaboram diagnósticos comuns, expandem a plataforma discursiva, que ultrapassa a problemática local e nacional, e diversificam as estratégias de luta combinando a mobilização de base e a articulação de redes sociais com a geração e aplicação de diferentes instrumentos técnicos e legais (amparos coletivos, novas ordenanças, demanda de consulta pública e leis de proteção do ambiente e dos direitos dos povos indígenas) (Svampa, 2019, p.65).

Alcance espacial e temporal das ações

O alcance espacial passa pelas esferas locais (casos de projetos de fortalecimento de produtores em âmbitos locais, por capacitação, auxílio à organização e às conexões com

consumidores locais em comunidades específicas) e chega ao âmbito nacional, predominantemente nas articulações com outros sujeitos coletivos em prol de políticas públicas voltadas à alimentação dentro das diretrizes defendidas. Mais eventualmente, existem estratégias de caráter internacional, tais como eventos que procuram formar redes globais e apoio à integração de produtores ao mercado internacional.

Quanto ao alcance temporal das ações, é difícil fazer uma mensuração, mas percebe-se que algumas ações podem ser pontuais, como organização de eventos de comercialização de alimentos, enquanto outras ações vão de médio a longo prazo, se bem sucedidas, como estímulos à preservação de espécies por catalogação e valorização, capacitação e auxílio à organização de produtores de alimentos, bem como influências em políticas públicas e formulação de legislação.

Vale salientar que o quanto perduram os efeitos de suas ações também depende de fatores externos: por exemplo, a participação no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) pode contribuir para implantação de políticas públicas pela segurança alimentar e nutricional, mas a continuidade destas depende dos rumos conjunturais tomados pelos governos e instituições.

Principais dificuldades e possibilidades de superação

As dificuldades identificadas na pesquisa de Ribeiro (2019) se reafirmaram nas entrevistas desta pesquisa. A primeira delas é a dificuldade de obter financiamento, à qual o movimento responde com contribuições de associados ou apoiadores e principalmente com projetos que tragam dinheiro de outras fontes, tais como governos, organizações não governamentais ou fundações internacionais, a partir de editais que selecionem projetos nas linhas trabalhadas pelo *Slow Food*, e em eventos pontuais, com apoio do *Slow Food* Internacional. Esta é uma dificuldade importante, a ponto de Gabriella Pieroni, da Diretoria da Associação *Slow Food* Brasil afirmar na entrevista, sobre o movimento em âmbito nacional, que “a Associação *Slow Food* está sempre correndo o risco de não existir mais porque faltam financiamentos”.

Ribeiro (2019) também menciona baixo engajamento da maioria dos membros em uma participação mais ativa, com associada concentração de atividades em poucos ativistas. Nesse mesmo sentido, um dos entrevistados se refere a uma “limitação de braços” que impede alguns

projetos de se realizarem. Muito se faz com trabalho voluntário, mas “o trabalho voluntário tem seus limites” ao usar o tempo livre das pessoas, como pontua outra entrevistada.

Outra questão que se apresenta ao movimento são divisões políticas internas (RIBEIRO, 2019). Pode-se supor que parte dessas contradições venham da bandeira bastante ampla do movimento e algo vaga para um olhar mais superficial (afinal, quem se manifestaria explicitamente contra uma alimentação limpa, boa e justa?). Em parte derivada dessa característica, outra fonte de contradições pode vir da já descrita diversidade dos membros do movimento. Ao comentar o perfil plural dos membros, o entrevistado Glenn traz a seguinte reflexão:

Então é um pouco de tudo, às vezes é difícil da gente gerenciar essa diversidade, mas é um desafio interessante. [...] Pelo fato do *Slow Food* abranger muitas questões dos sistemas alimentares, as pessoas ficam motivadas em questões diversas e não pelo todo. Então, até as pessoas se apropriarem dessa série de questões que a gente tem, acaba sendo um percurso bastante longo; eu, pessoalmente, demorei muito para entender toda essa complexidade do *Slow Food* (informação verbal).

As contradições internas ao movimento são parte inerente dele, com embates cujos desfechos para os encaminhamentos a serem tomados dependem da correlação de forças de cada momento. Aquelas contradições podem, hipoteticamente, ter desfechos negativos ou positivos, ou ambos. Se por um lado, conflitos sobre temas essenciais podem enfraquecer um movimento social, apresentando-se como um fator limitante; por outro, as discussões podem gerar processos educativos que sejam caros a ele, gerando um aspecto positivo. Até o momento em que a pesquisa foi realizada, não foi possível ter clareza sobre desfechos positivos ou negativos.

Ainda no que se refere ao perfil do movimento, existe uma outra limitação, apontada pela entrevistada Gabriella Pieroni: embora o movimento tenha como parte de sua riqueza a diversidade de pessoas que incorpora, incluindo comunidades rurais, entre as quais comunidades tradicionais e indígenas, estes são grupos sociais com acesso mais difícil à comunicação via internet, que se torna cada vez mais essencial para a comunicação, na sociedade em geral. Habitualmente, o movimento se aproxima dessas comunidades por meio de projetos e visitas técnicas, mas encontra dificuldades práticas em relação a distâncias e logística de transportes para acesso.

Somam-se a esse problema, desde meados de 2020 até o momento em que as entrevistas foram feitas (entre junho e agosto de 2021), as dificuldades de organização e aglutinação advindas da pandemia de Covid-19, que vinham impedindo atividades presenciais

como reuniões e demais eventos. Isso atingiu todos, mas ainda mais duramente aqueles que tinham menor acesso digital.

Por fim, de forma geral, as lutas sociais e ambientais passaram por dificuldades originadas pela conjuntura política do país, especialmente entre o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e o governo Bolsonaro, finalizado em dezembro de 2022: uma série de desafios se colocaram contra tentativas de avanço nas pautas sociais e ambientais, visto que avançaram os ataques à participação democrática (como ocorreu com a mencionada extinção do Consea, em início de 2019) e o desmantelamento de políticas de proteção ao trabalho digno e de proteção ambiental, na mesma medida em que avançaram as forças conservadoras no governo e se fortaleceu a representação dos segmentos ruralistas no Congresso Nacional (CAPELARI *et al* 2020). Entretanto, essas dificuldades tendem a diminuir em 2023, com o início de mais um governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que tem como pauta central o combate à fome e vem reativando espaços democráticos como o Consea; deste modo, ampliam-se as possibilidades de atuação e sucesso do *Slow Food Brasil* e de outros movimentos de ativismo alimentar com pautas afins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar sobre o caso do *Slow Food* permite perceber como o tema da alimentação pode ser perpassado por uma série de lutas que aglutinam sujeitos com perfis diversos, com fortes possibilidades progressistas, na intersecção das esferas ambiental, econômica e social.

Fazendo um balanço dos vários tópicos, os principais limites identificados estão relacionados a dificuldades de encontrar uma grande massa de trabalho voluntário disponível, consequente concentração de atividades em poucos membros, e por fim, dificuldades de financiamento das atividades. Assim, financiamento e engajamento no ativismo são importantes questões para que o movimento se mantenha e cresça. O financiamento foi parcialmente provido por parcerias em políticas públicas na vigência de governos progressistas e piorou durante a conjuntura política conservadora predominante entre 2016 e 2022. Com a retomada de um governo federal petista, abrem-se novas perspectivas quanto a parcerias e participação democrática.

Divisões políticas internas são uma contradição do movimento, que pode levar a caminhos diversos que apontem para maior ou menor politização, conforme as escolhas e embates internos.

Dentre os pontos identificados que fortalecem o movimento, destacam-se: há coerência na relação entre objetivos e ações; as propostas refletem combate a sintomas e causas que o movimento atribui ao problema que combate; efetuam-se alianças diversas, numa aproximação de um giro ecoterritorial; as ações vão das esferas locais ao nível nacional, também contando com estratégias pontuais de caráter global; embora seja difícil mensurar o alcance temporal das ações, algumas delas podem perdurar no tempo, se bem-sucedidas. Entre esses pontos, destacamos as alianças com outros movimentos e instituições e o estabelecimento de conexões fortes entre produtores e consumidores. As pontes entre projetos locais e avanços políticos nacionais constituem um aspecto que pode fortalecer cada vez mais o movimento, ao atentar para as especificidades regionais do país, com uma perspectiva global da alimentação boa, limpa e justa.

Por fim, é importante ressaltar que os movimentos de ativismo alimentar têm um potencial importante de ampliação da abrangência da sua luta, pelo seu próprio eixo: o tema da alimentação possibilita discussões amplas sobre temas ambientais, sociais, culturais e econômicos que dizem respeito à essência do modo de funcionamento das sociedades em que se inserem.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, E. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias** [online]. 2017, v. 19, n. 44 [Acessado 17 Junho 2020], pp. 276-307. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-019004412>>.
- AZAM, G. Decrescimento. In: SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIROCHI, R. *et al.* **Alimentos bons, limpos e justos da Agricultura Familiar Brasileira**. Brasil: Letras Contemporânea, 2019.
- CAPELARI, M. G. M. *et al.* Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. **Revista de Administração Pública** [online], Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1691-1710, nov.- dez./2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220190445x>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2021.
- GALLEGOS, R. R. Ucronías de la vida buena. **Revista Estudios Críticos del Desarrollo**, VII (13), primer. sem. 2019, VAZ-CDC: Zacatecas.

GOHN, M.G. Movimentos Sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação [online]**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>>. Acesso em 03 de maio de 2016,

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

LATOUCHE, S. Pequeno **tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LEITCH, A. Slow Food and the politics of 'virtuous globalisation'. In: Inglis D, Gimlin DL, editors, **The Globalization of food**. Oxford: Berg. 2009. p. 45-64

MARX, K. **O capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo, Porto Alegre: Unesp; UFRGS, 2016.

PETRINI, C. **Comida e liberdade: Slow Food, histórias de gastronomia para a libertação**. São Paulo: Senac, 2015.

PLOEG, J.D.V. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política e sociedade**, vol.8, n.15, out.2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n15p199>>. Acesso em 23 de setembro de 2015.

RIBEIRO, M. J. A. **Um alimento político e uma política que alimenta: o ativismo do Slow Food Brasil**. Dissertação em Desenvolvimento Social/PPGDS, Unimontes, Montes Claros, MG, 2019.

SLOW FOOD. **Mercados da terra**. 2013. Retirado de: <<https://slowfoodbrasil.org/noticias/>>. Acesso em: 03 jun. de 2021.

SLOWFOODBRASIL. **Lançado novo livro de Carlo Petrini: Comida e liberdade**. 2016 Disponível em: <https://slowfoodbrasil.org/2016/03/livro-comida-e-liberdade-de-carlo-petrini/>. Acesso em: 3 jul. 2021.

SLOW FOOD BRASIL. **Direito à Informação sobre o que comemos – Av. Paulista – 18/03**. 2018a. Disponível em: <https://slowfoodbrasil.org/2018/03/direito-a-informacao-sobre-o-que-comemos-av-paulista-18-03/>. Acesso em: 3 jul. 2021

SLOW FOOD. **Slow Food na Defesa da Sociobiodiversidade e da Cultura Alimentar Baiana**. 2018b. Retirado de: <<https://slowfoodbrasil.org/noticias/>>. Lido em 03 de jun. de 2021.

SLOW FOOD. **Sementes livres: tecnologia ancestral para a sobrevivência humana**. 2018c. Retirado de: <<https://slowfoodbrasil.org/noticias/>>. Lido em 03 de jun. de 2021.

SLOW FOOD. **Slow Food, MDA e UFSC juntos no fortalecimento da agricultura familiar.** 2020. Retirado de: < <https://slowfoodbrasil.org/noticias/>>. Lido em 15 de jun. de 2021.

SLOW FOOD. **Movimento Slow Food.** s/d-a. Retirado de < <https://slowfoodbrasil.org/movimento/>>. Lido em 07 de junho de 2021.

SLOW FOOD. **Filosofia.** s/d-b. Retirado de < <https://slowfoodbrasil.org/movimento/>>. Lido em 07 de junho de 2021.

SLOW FOOD. **Membros e comunidades.** s/d-c. Retirado de <https://slowfoodbrasil.org/nossa-rede/membros-e-comunidades/>. Lido em 13 de agosto de 2021.

SLOW FOOD. **Fortalezas.** s/d-d. Retirado de <https://slowfoodbrasil.org/fortalezas/>. Lido em 11 de junho de 2021.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** São Paulo: Elefante, 2019.

TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova [online]**, n.17, jun.1989, pp.5-18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200002>>. Acesso em 04 de maio de 2016.